

Em Torno a Puebla - I

O Sentido de Puebla

Qual será a significação da III.^a Conferência do Episcopado Latino-Americano encerrado no dia 13 de fevereiro em Puebla?

Não é possível ainda ganhar sobre o fato uma distância suficiente para poder compreendê-lo numa visão global, mas quem o viveu por dentro participou de uma experiência da Igreja que se pode já tentar verbalizar.

Puebla encerrou-se com a proclamação solene de um documento que será objeto de críticas munidas dos mais variados instrumentais de análise. Não conseguirá um consenso geral; talvez não satisfará plenamente a ninguém e provavelmente o que agrada a alguns será repudiado por outros. É inevitável. Mas há sobre o documento de Puebla um dado novo que não deve ser ignorado: se há alguém que não tem direito de fazer reservas ao documento são os bispos que o aprovaram. A conclusão não é tão óbvia como pode parecer, bastando lembrar que ela não se verificou com relação ao documento de Medellín, criticado com severidade por vários bispos que participaram daquela reunião, em 1968.

É o caso que em Puebla aconteceu um fato novo. O documento de Medellín foi censurado por alguns prelados de ter sofrido de *peritonite*. Teria sido elaborado por alguns peritos, cujo texto os bispos acabaram endossando. Em Puebla, os peritos foram proporcionalmente muito menos numerosos, rigorosamente selecionados pela presidência do CELAM e aprovados nominalmente pela Santa Fé. O próprio texto preparado para servir como documento de trabalho, nem chegou a ser objeto de discussão, reduzido a uma das fontes à disposição dos bispos, fonte aliás que não foi citada uma vez sequer no documento definitivo. Em Puebla, os peritos não tiveram nem voto nem voz, e nas próprias comissões, pelas quais foram dispersos, só podiam intervir, por força do regulamento, a juízo do moderador. Puebla preveniu-se com uma imunização episcopal contra o risco da *peritonite*. Mas a eficácia das vacinas, como tantas outras coisas, é relativa, e no trabalho prático das comissões, a rigidez regimental foi torneada pela cordialidade com que os bispos recorriam ao perito.

Esta prática, entretanto não reduz a importância do fato novo ocorrido em Puebla: os próprios prelados assumiram o trabalho de elaboração do documento do qual seriam os únicos signatários. Partiram de um simples esquema nucleado em cinco grandes capítulos, divididos em 21 temas fundamentais, aprovados em plenário e estudados em comissões, seguindo uma mecânica de trabalho incontestavelmente inteligente. O risco era grande. Não é difícil, em poucos dias produzir um texto integrado, dentro de um discurso lógico, por uma assembléia de quase 200 prelados. Não se tratava de partir de um texto prévio, a ser discutido e eventualmente emendado. Tratava-se de criar algo novo, partindo apenas das fontes disponíveis: os documentos do Vaticano II, de Medellín o texto de *Evangelii Nuntiandi*; o documento de trabalho elaborado pelo próprio CELAM. Aos poucos, foram se configurando os trabalhos das 21 comissões, que, sob a coordenação de uma supercomissão de articulação, se foram integrando num texto razoavelmente orgânico, submetido finalmente às emendas e à aprovação unânime do plenário.

Pode-se discutir sobre o valor do resultado final, mas uma coisa não pode ser questionada: trata-se de um texto cuja elaboração e aprovação foram assumidas exclusivamente pelos pastores presentes em Puebla, escolhidos pelas respectivas conferências episcopais. O fato dá ao documento duas características graves e originais. Primeira: o texto tem a chancela da colegialidade episcopal. Bom ou medíocre, leva o peso da autoridade dos pastores que o prepararam e proclamaram. Segunda: por isso mesmo, o documento compromete pessoalmente os pastores, numa linha de ação pastoral pela qual são eles os responsáveis. O pronunciamento adquire assim o sentido de um engajamento num progra-

ma. Puebla não é um fim, mas um ponto de partida para a realização de um compromisso assumido.

A aprovação final, unânime, deverá significar, pelo próprio equilíbrio interno do documento, o fim da falsa oposição entre verticalismo e horizontalismo, que ameaçava de uma surda ruptura a conferência de Puebla. Aprovando unanimemente o documento todos os signatários se encontraram numa síntese, que não pode mais ser questionada. Por um lado, todos reconhecem que o sentido radical da missão da Igreja na América Latina é evangelização. E evangelização é anunciar a mensagem cristã como um Evangelho, cuja tradução é: como uma esplêndida notícia, tão esplêndida que é capaz de transformar interiormente os homens, que é capaz de convertê-los, os quais convertidos serão os agentes da transformação das estruturas. Por outro lado, entretanto, levando especialmente em conta a descrição das iniquidades sociais ainda existentes e denunciadas pelo documento, todos reconhecem também que, precisamente para desempenhar sua missão evangelizadora, a Igreja não terá credibilidade se não se comprometer, através de gestos concretos, no esforço comum pela erradicação da iniquidade que pesa especialmente sobre os pobres e os oprimidos. E o primeiro destes gestos concretos, sem os quais a Igreja perde credibilidade, é a sua própria conversão na linha de um despojamento que a liberte de secretas cumplicidades, porque só quem é livre liberta, como o próprio Cristo, cuja presença a Igreja perpetua, que soberanamente livre, inaugura na Terra a libertação integral.

Sobre a base dessas reflexões, voltamos à indagação inicial: qual será a significação de Puebla, para o presente e o futuro da América Latina? Um confronto com a conferência de Medellín oferece alguns elementos para formular uma resposta. O contexto da América Latina modificou-se sensivelmente nos últimos 10 anos. Especialmente depois de João XXIII, fala-se muito na Igreja em discernir os sinais dos tempos. A menos que se entenda esse discernimento à luz da fé, é quase impossível distingui-lo de um diagnóstico sociológico maldisfarçado em duvidoso jargão eclesialístico, e o recurso ao diagnóstico sociológico reduz a imunização contra a "peritonite"; condiciona o discernimento ao instrumental sociológico utilizado.

À luz da fé, o discernimento dos sinais dos tempos adquire um outro sentido, apenas definível em termos de uma espécie de premonição ou pressentimento, que, através das percepções subjetivas, ou mesmo apesar delas, acaba orientando a atitude fundamental da Igreja. Em termos teológicos, essa interpretação implicaria a afirmação de que, em última análise, é o Espírito que discerne.

Há 10 anos, em Medellín, a Igreja da América Latina tinha o pressentimento da emergência e do recrudescimento de regimes autoritários, cuja força pesaria sobre o povo e não recuaria ante as formas mais desumanas de opressão. Os fatos mostraram a certeza do pressentimento. Naquela conjuntura, a Igreja, guiada por esse pressentimento, convocou o povo de Deus disperso para que se nucleasse em comunidades de base que pela sua própria densidade irradiassem energias libertadoras.

Hoje, a Igreja pressente o esgotamento dos regimes autoritários ou por consciência de terem cumprido uma missão ou por cansaço, ou corroídos pela própria corrupção. O recuo dos regimes de força abre um espaço novo que permitirá a ressurgência de sociedades pluralistas onde as tensões ideológicas e sociais haverão de recrudescer. Nesta conjuntura, a convocação da Igreja vai em outro sentido. É uma convocação à convergência das forças de todos, para a construção, dentro de uma sociedade pluralista, de novas estruturas, onde a força do direito e da justiça vem a assumir o lugar que lhe compete no revezamento ao pseudodireito da força. Nesta convocação, a Igreja não entra como a protagonista, mas como a servidora. Pela sua posição privilegiada de coextensiva a todas as classes e grupos sociais, não se propõe entrar no desafio da construção de novas estruturas para o povo, mas com o povo, com todo o povo de Deus, mantendo sua posição preferencial de serviço e de defesa da promoção daqueles que dela mais necessitam.

Há uma sensível mudança de ênfase nas duas convocações de Medellín e de Puebla. Mas para entender no seu devido sentido essa mudança, é indispensável ter presentes duas advertências. A primeira: é urgente superar o risco de uma radicalização simplista entre liberacionismo e desenvolvimentismo. Seria simplismo estéril imaginar que em Puebla se abandona uma linha liberacionista inaugurada em Medellín, para entrar numa linha desenvolvimentista, que só interessa aos que se assustam com a simples idéia de libertação e conflito. O documento de Puebla não evita falar em libertação e reconhece explicitamente o valor construtivo das tensões sociais. A segunda advertência: em Puebla, os pastores também reconhecem explicitamente que os problemas sociais denunciados em Medellín, apesar dos esforços empreendidos, não foram resolvidos, mas se deterioram. De fato, na América Latina, é hoje maior o número daqueles que sofrem fome, desabrigo, desemprego, carência de serviços indispensáveis, a um ponto quase intolerável. As tensões vão surgir em intensidade proporcional à repressão que as oprimiu. Mas seria injusto, inepto, mesquinho, conceituar essas tensões pelas categorias estreitas de lutas de classes. Neste caso, trata-se de um fenômeno no qual uma classe,

luta pela reivindicação dos direitos de sua classe. O que a Igreja presente estar acontecendo hoje na América Latina é algo de muito maior grandeza histórica, a ser creditada ao impulso originário de Medellín: trata-se de um povo que, tomando consciência das exigências sociais do seu cristianismo, se levanta disposto a lutar pela criação de novas estruturas globais fundadas na justiça e no amor.

Se a Igreja na América Latina for fiel ao pressentimento nela suscitado pelo Espírito que a habita, é possível que documento de Puebla seja um avanço sobre Medellín.